Por que recursos estratégicos exigem uma nova visão de seguro e resseguro



Por Fabio Arturo Corrias

Executivo com mais de 40 anos de experiência em res/seguro de P&C, governança de portfólio, subscrição e gestão estratégica de capital. Atuou em organizações globais, como Swiss Re, AIG, Allianz e Marsh, com responsabilidades técnicas e comerciais em iniciativas de estratégia, gestão de riscos e melhoria de performance em ambientes altamente regulados. Por 16 anos atuou como Diretor Executivo na Swiss Re, liderando o negócio facultativo de P&C no Brasil e Cone Sul, assessorando nas decisões de risco, gestão de portfólio, estruturação de programas complexos e práticas de subscrição. É formado em Engenharia Civil e tem certificação em Advisory Board & Finanças. Membro da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP), professor convidado da Escola de Negócios e Seguros (ENS), palestrante e autor de artigos. Coautor dos livros: Certificação de Proficiência em Resseguros (CPR 1 e 2) – ENS 2015. Atualmente ocupa o cargo de Fac, Treaty & Claims Director, na Connexus Broker.

Há momentos em que um país percebe que sua maior vantagem pode também ser sua maior exposição. O que parece abundante deixa de ser apenas recurso e passa a ser ativo estratégico e, justamente por isso, precisa ser protegido.

Tudo indica que o Brasil está entrando nesse momento. Água, energia, terras agricultáveis, minerais, petróleo e biodiversidade sempre fizeram parte da nossa paisagem econômica. O que mudou foi o mundo ao nosso redor. Recursos que antes pareciam apenas abundantes passaram a ocupar o centro das discussões sobre segurança energética, segurança alimentar, transição econômica e reorganização das cadeias globais. E, quando um recurso se torna estratégico, a pergunta sobre como protegê-lo deixa de ser secundária.

Há uma segunda mudança, menos evidente, mas igualmente importante. Quanto maior o valor desses recursos, maior a necessidade de protegê-los. Não apenas contra incêndios, enchentes ou acidentes, mas também contra interrupções de cadeias produtivas, perda de infraestrutura, escassez hídrica, volatilidade climática e uma série de efeitos indiretos capazes de afetar empresas muito distantes do local onde o problema se originou.

Mas o que significa, afinal, proteger valor?

Não se trata apenas de preservar o patrimônio físico de uma empresa. Valor é também a capacidade de produzir, transportar, fornecer, cumprir contratos, manter empregos, preservar cadeias de suprimentos e sustentar investimentos ao longo do tempo. Uma usina tem valor pelo ativo que representa, mas também pela energia que entrega. Uma mina não vale apenas pelas instalações e reservas existentes, mas pela capacidade de transformar recursos minerais em produção, exportação, empregos e receita. Uma propriedade rural não representa somente terra e equipamentos, mas alimentos, renda e uma cadeia inteira que depende daquela produção.

É esse valor ampliado que está cada vez mais exposto. E é justamente nesse ponto que seguro e resseguro ganham relevância: não apenas para indenizar perdas, mas para preservar a capacidade econômica de continuar operando e, quando necessário, recomeçar.

O seguro e, especialmente, o resseguro assumem, nesse contexto, uma dimensão que vai além da indenização. Mais do que mecanismos de transferência de risco, tornam-se instrumentos de continuidade econômica e recuperação. O resseguro é uma das engrenagens financeiras da resiliência econômica: ajuda a fazer com que uma perda extraordinária permaneça uma perda e

não se transforme, por insuficiência de capital, em uma crise de proporções ainda maiores.

A tecnologia, incluindo a inteligência artificial, certamente terá papel importante nessa transformação. Mas vale uma inversão de perspectiva: o tema central não é a tecnologia. O tema central continua sendo o risco. A tecnologia é uma das ferramentas que permitem compreendê-lo melhor.

UMA PROVOCAÇÃO

Talvez a pergunta mais importante para o Brasil não seja quanto valem seus recursos naturais, mas quanto valor econômico conseguiremos preservar quando as condições ao nosso redor mudarem.

A riqueza natural e a fragilidade construída

Um estudo recente da WTW sobre a indústria de Recursos Naturais no Brasil chama atenção para uma característica fundamental: nossa vantagem não está apenas na quantidade de recursos disponíveis, mas na capacidade de combiná-los em uma matriz econômica ampla e diversificada.

Mas existe um paradoxo. Quanto mais conectados esses recursos estiverem à economia, maior será também a exposição associada a eles. A energia depende de água e infraestrutura. A agricultura depende de clima, logística e disponibilidade hídrica. A mineração depende de energia, transporte e fornecedores. A exportação depende de portos, ferrovias e estradas. A indústria depende de tudo isso ao mesmo tempo.

Em outras palavras: foi construída uma enorme capacidade produtiva apoiada sobre uma rede complexa de dependências. E redes, como se sabe, possuem pontos fortes e pontos vulneráveis.

Por isso, o debate sobre recursos naturais não deveria permanecer restrito à geologia, à produção ou à exploração econômica. Ele precisa incorporar temas como continuidade operacional, infraestrutura, prevenção e capacidade de recuperação.

Um projeto pode possuir excelentes reservas minerais e, ainda assim, representar uma oportunidade limitada caso não conte com água, energia, logística ou mecanismos adequados de proteção. Da mesma forma, uma região pode produzir alimentos em abundância e sofrer perdas extraordinárias caso uma inundação interrompa estradas, armazenagem e transporte. Também é possível que um ativo esteja bem protegido contra danos físicos e permaneça altamente vulnerável à interrupção de um fornecedor crítico.

Quando o risco é analisado sob essa perspectiva, torna-se

evidente que proteger valor exige muito mais do que proteger ativos isoladamente. Exige compreender as interdependências que sustentam a geração de valor econômico.

Quando o risco sai do mapa

Talvez uma das mudanças mais importantes na gestão de riscos esteja justamente aqui: o risco deixou de respeitar os limites físicos do ativo.

As enchentes do Rio Grande do Sul evidenciaram essa realidade de forma contundente. Os danos tiveram origem local, mas seus efeitos econômicos alcançaram cadeias de produção, transporte, comércio e abastecimento. O mesmo fenômeno pôde ser observado em eventos internacionais, como o terremoto e o tsunami ocorridos no Japão em 2011, quando empresas localizadas a milhares de quilômetros de distância foram impactadas pela interrupção de fornecedores estratégicos.

A questão é simples de formular, mas desafiadora de responder:

Se uma determinada operação for interrompida amanhã, quais impactos essa interrupção produzirá ao longo da cadeia de valor?

Essa reflexão altera profundamente a forma de fazer gestão de riscos. Ela exige uma visão mais ampla sobre fornecedores, clientes, energia, infraestrutura, logística, estoques e tempo de recuperação.

Também conduz a uma conclusão relevante: em muitos casos, o verdadeiro objeto a ser protegido não é o prédio, a máquina ou a carga. É o fluxo econômico que passa por eles.

A proteção patrimonial continua importante. Mas, para muitas organizações, a preservação da capacidade operacional tornou-se ainda mais crítica. O impacto de uma interrupção prolongada pode superar, em muito, o valor dos ativos físicos diretamente afetados.

O NOVO MAPA DO RISCO

Ativos → interdependências → cadeia de valor → interrupção operacional → perda financeira → necessidade de capital → recuperação.

O resseguro como promessa de recomeço

É nesse contexto que o papel do resseguro se torna especialmente relevante. Em sua essência, ele representa capacidade financeira adicional para absorver perdas extraordinárias e sustentar processos de recuperação em larga escala.

Quando uma perda ultrapassa aquilo que uma seguradora pode ou deseja absorver, entra em cena uma rede mais ampla de capital. Esse mecanismo permite que riscos de elevada severidade sejam compartilhados e distribuídos por diferentes participantes do mercado global.

Mas, após uma grande catástrofe, o que está em jogo não é apenas o pagamento de indenizações. O desafio envolve reconstruir, reabrir operações, recontratar profissionais, restabelecer cadeias logísticas, retomar a produção e voltar a gerar renda.

A matéria que serviu de base para este artigo destaca justamente esse ponto: eventos extremos podem produzir efeitos que atravessam fronteiras geográficas e cadeias produtivas, enquanto o resseguro atua como mecanismo de distribuição dessas perdas em escala global.

Essa característica torna-se ainda mais relevante diante do crescimento do chamado protection gap, isto é, a diferença entre as perdas econômicas totais e a parcela efetivamente protegida por seguros.

O Swiss Re Institute estima que as catástrofes naturais tenham produzido aproximadamente US$ 220 bilhões em perdas econômicas em 2025, dos quais cerca de US$ 107 bilhões estavam segurados. A instituição também estima um protection gap global de aproximadamente US$ 424 bilhões.

Vale observar esses números sob outra perspectiva. O Swiss Re Institute também destaca que as perdas seguradas decorrentes de catástrofes naturais vêm crescendo, em termos reais, entre 5% e 7% ao ano no longo prazo. Em sua análise de 2025, a instituição observou ainda que os chamados secondary perils, como tempestades convectivas severas, incêndios e inundações, responderam por 92% das perdas seguradas globais.

Essa é uma mensagem particularmente relevante para o Brasil. Não é necessário aguardar um grande furacão ou um evento singular de enorme magnitude para enfrentar impactos relevantes. A acumulação recorrente de eventos severos já está alterando a dinâmica do risco, das perdas e da proteção securitária.

Há outra referência igualmente significativa. Ao apresentar seu balanço de 2025, a Munich Re informou aproximadamente US$ 224 bilhões em perdas econômicas globais por desastres naturais, dos quais cerca de US$ 108 bilhões estavam segurados. A resseguradora também destacou que os eventos meteorológicos responderam por 97% das perdas seguradas registradas no período.

As estimativas da Munich Re e do Swiss Re Institute são bastante próximas. Diferenças metodológicas explicam parte da divergência entre os números. A conclusão

central, entretanto, permanece a mesma: o volume de perdas já atingiu uma escala que não pode mais ser tratado como excepcional ou episódico.

Existe ainda uma preocupação adicional. A maior parte da conta continua recaindo sobre indivíduos, empresas e comunidades que não possuíam proteção suficiente. Quando isso ocorre, a reconstrução passa a depender de poupança própria, crédito, recursos públicos ou capital emergencial. O impacto econômico da catástrofe, portanto, não termina quando o evento acaba. Ele se prolonga durante anos na forma de recuperação mais lenta, menor capacidade de investimento e maior pressão financeira.

O debate sobre resseguro, nesse contexto, deixa de ser apenas uma discussão sobre capacidade técnica ou financeira do mercado. Trata-se, cada vez mais, de um componente da capacidade de recuperação das economias diante de um ambiente de riscos mais frequentes, mais conectados e potencialmente mais severos.

EM NÚMEROS

2025: aproximadamente US$ 220–224 bilhões em perdas econômicas globais por catástrofes naturais e US$ 107–108 bilhões em perdas seguradas, segundo estimativas do Swiss Re Institute e da Munich Re.

O que a tecnologia pode – e não pode – fazer

É impossível discutir a evolução da gestão de riscos sem reconhecer o papel crescente da tecnologia. Satélites, sensores, imagens, geolocalização, bases climáticas e ferramentas avançadas de análise permitem atualmente visualizar exposições que, até pouco tempo atrás, só podiam ser avaliadas de forma periódica e muitas vezes retrospectiva.

A inteligência artificial acrescenta velocidade, escala e capacidade de correlação. Pode auxiliar subscritores na identificação de informações dispersas, apoiar reguladores de sinistros na comparação de evidências, ajudar equipes de prevenção a detectar sinais precoces de deterioração e permitir o acompanhamento mais dinâmico das exposições ao risco.

Mas seria um erro confundir ferramenta com estratégia ou velocidade com qualidade de decisão.

A inteligência artificial amplia a capacidade de observar, comparar e antecipar cenários. Não substitui, entretanto, o conhecimento sobre o negócio, a experiência técnica de subscrição nem o julgamento profissional de quem assume riscos e toma decisões. Tecnologia deve aprimorar a tomada de decisão, não substituir sua responsabilidade.

A tecnologia pode ser entendida como uma lente que amplia a capacidade de observação e análise. Quanto melhor a lente, maior a nitidez das exposições e dos cenários. Ainda assim, permanece indispensável saber o que procurar, quais perguntas formular e quais riscos realmente merecem atenção.

Essa distinção será particularmente relevante para o setor de seguros. O verdadeiro valor da tecnologia não estará em produzir milhares de decisões automáticas, mas em permitir que profissionais tomem decisões melhores, amparadas por mais informação e menos atividades operacionais e repetitivas.

Em última análise, trata-se de recuperar tempo para aquilo que efetivamente exige análise, experiência e julgamento humano.

Da reação à antecipação

O seguro nasceu e se desenvolveu como um mecanismo de resposta às perdas. Hoje, uma das transformações mais relevantes do mercado é justamente a passagem da reação para a antecipação.

Durante décadas, o seguro foi percebido principalmente como uma resposta posterior ao acontecimento. O evento ocorria, o dano era regulado e a indenização era paga.

Esse modelo continuará sendo fundamental. Entretanto, diante de riscos climáticos mais complexos, cadeias produtivas mais interconectadas e exposições cada vez mais dinâmicas, torna-se necessário incorporar uma etapa anterior: compreender como evitar, reduzir ou mitigar perdas antes que elas ocorram.

Uma seguradora ou resseguradora capaz de combinar dados históricos, informações meteorológicas, características geográficas, infraestrutura crítica e comportamento do risco pode contribuir para decisões muito anteriores à contratação da apólice ou à ocorrência do sinistro.

Pode identificar vulnerabilidades ainda pouco percebidas. Pode recomendar medidas de prevenção. Pode diferenciar exposições que aparentam ser semelhantes, mas que apresentam perfis de risco substancialmente distintos. Pode, inclusive, contribuir para que determinados riscos se tornem economicamente seguráveis.

Esse caminho parece mais consistente do que simplesmente tentar precificar riscos cuja vulnerabilidade já é conhecida. Em muitos casos, compreender e reduzir a exposição produz resultados mais sustentáveis do que apenas ajustar preços para refletir sua severidade.

Sob essa ótica, prevenção, seguro e resseguro deixam de

ser etapas independentes. Passam a constituir camadas complementares de uma mesma estratégia de resiliência. Cada uma desempenha uma função específica, mas todas contribuem para o mesmo objetivo: preservar a continuidade econômica diante da incerteza.

A evolução do setor passa justamente por essa integração. Quanto mais cedo o risco for compreendido, maiores serão as possibilidades de mitigação. Quanto mais bem estruturada estiver a prevenção, menor tende a ser a severidade das perdas. E quanto mais eficiente for a combinação entre prevenção, seguro e resseguro, maior será a capacidade de recuperação após eventos adversos.

Em um ambiente marcado por crescente volatilidade climática, essa mudança de perspectiva pode representar uma das contribuições mais relevantes que o mercado segurador tem a oferecer à economia real.

A NOVA ARQUITETURA

Proteger valor exige mais do que uma apólice. Prevenção reduz vulnerabilidades, seguro apoia a recuperação, resseguro amplia a capacidade de proteção e mercado de capitais fortalece a resiliência financeira. Juntos, esses mecanismos ajudam a sustentar a continuidade dos negócios e a geração de valor.

Recursos naturais, capital e uma nova responsabilidade

Se o Brasil pretende transformar sua riqueza natural em uma vantagem competitiva duradoura, precisará incorporar o risco à própria estratégia de desenvolvimento, e não tratá-lo como uma questão que surge apenas depois que o investimento já foi decidido.

Isso vale para mineração, energia, agronegócio, infraestrutura, petróleo, data centers e diversos outros setores intensivos em capital e dependentes de continuidade operacional. A pergunta não deveria ser apenas quanto será investido e qual será o retorno esperado. Também é necessário compreender quanto tempo um projeto suporta uma interrupção, onde estão suas principais dependências, quais eventos podem afetá-lo simultaneamente por diferentes caminhos e quanto capital será necessário para recuperar sua capacidade produtiva diante de uma perda significativa.

Quando essas questões passam a fazer parte do projeto desde sua concepção, o seguro deixa de ser visto apenas como uma despesa administrativa e passa a integrar a própria engenharia econômica do empreendimento.

O resseguro, por sua vez, pode participar dessa arquitetura desde o início. Não apenas para absorver parte do risco após a estruturação do projeto, mas também para apoiar a compreensão de cenários de severidade,

concentração de exposições, limites de capacidade e necessidades futuras de capital.

Essa mudança representa uma evolução importante na forma como o risco é tratado. Em vez de ser percebido como um tema a ser administrado ao final do processo, passa a ser uma variável que contribui para definir o próprio desenho do investimento.

Projetos mais resilientes tendem a ser mais financiáveis, mais sustentáveis e mais capazes de atravessar ciclos de volatilidade econômica, climática ou operacional. Nesse sentido, compreender riscos não significa limitar o desenvolvimento. Significa criar condições para que ele seja mais consistente e duradouro.

Uma palavra sobre o Brasil

Existe uma tendência natural de observar a riqueza de recursos brasileiros principalmente sob a ótica da oportunidade. E as oportunidades são reais. O país reúne uma combinação singular de água, energia, agricultura, minerais, petróleo e biodiversidade em um momento em que recursos estratégicos assumem importância crescente na economia global.

Mas quanto mais estratégicos esses recursos se tornam, maior também se torna a responsabilidade de protegê-los.

O mundo pode depender cada vez mais da capacidade brasileira de fornecer energia, alimentos, minerais e outras matérias-primas essenciais. Transformar essa vantagem potencial em crescimento duradouro exigirá infraestrutura resiliente, gestão eficiente de riscos, capacidade de adaptação e mecanismos financeiros capazes de sustentar recuperações rápidas após eventos adversos.

Nesse contexto, seguro e resseguro podem oferecer uma contribuição que vai além da transferência de risco. Podem apoiar a viabilidade de investimentos, ampliar a confiança de financiadores, fortalecer cadeias produtivas e acelerar processos de reconstrução quando perdas significativas ocorrerem.

Quanto maior a integração do Brasil às cadeias globais, maior será a relevância da continuidade operacional de seus setores estratégicos. Resiliência deixa de ser apenas uma preocupação empresarial e passa a constituir um elemento de competitividade econômica.

Nesse sentido, a discussão sobre recursos naturais não diz respeito apenas à exploração de riquezas existentes. Trata-se também da capacidade de preservar, proteger e sustentar, ao longo do tempo, a geração de valor associada a esses ativos estratégicos.

Conclusão – proteger valor é uma forma de criar valor

Ao longo dos últimos anos, temas como transição energética, mudanças climáticas, inteligência artificial e segurança das cadeias de suprimento passaram a ocupar posição central nas discussões econômicas. Embora distintos, todos compartilham um elemento comum: a crescente importância da compreensão e da gestão dos riscos.

O Brasil ocupa uma posição singular nesse cenário. Possui recursos naturais estratégicos e condições para desempenhar papel relevante em diversas cadeias globais. A transformação dessa vantagem potencial em desenvolvimento sustentável dependerá não apenas da disponibilidade desses recursos, mas também da capacidade de protegê-los e preservar sua produtividade ao longo do tempo.

A tecnologia, os dados e a inteligência artificial podem contribuir significativamente para esse processo. Entretanto, nenhuma ferramenta substitui a capacidade de compreender vulnerabilidades, antecipar exposições e estruturar mecanismos adequados de prevenção e recuperação. Quando eventos adversos inevitavelmente ocorrerem, será fundamental contar com capital suficiente para reconstruir, retomar operações e preservar a continuidade econômica. É nesse ponto que o seguro e, especialmente, o resseguro exercem seu papel mais relevante.

Mais do que mecanismos de absorção de perdas, seguro e resseguro funcionam como instrumentos de resiliência econômica. Conectam riscos locais ao capital global, ampliam a capacidade de recuperação e ajudam a transformar conhecimento sobre riscos em capacidade prática de continuidade.

A grande questão para o Brasil nos próximos anos talvez não seja apenas como desenvolver seus recursos naturais, mas como preservar sua capacidade de geração de valor em um ambiente cada vez mais complexo, interdependente e exposto a eventos extremos.

Recursos estratégicos exigem proteção estratégica.

Prevenção, infraestrutura resiliente, seguro, resseguro, tecnologia e capacidade financeira de recuperação são partes complementares de uma mesma arquitetura de desenvolvimento.

No século XXI, a competitividade dos recursos naturais dependerá não apenas de sua abundância, mas da capacidade de protegê-los. E é justamente nesse encontro entre risco, capital e resiliência que seguro e resseguro podem consolidar seu papel como instrumentos

estratégicos de desenvolvimento econômico, contribuindo para preservar não apenas a riqueza que já existe, mas também a riqueza que ainda será construída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRICK. *Panorama do Seguro: nova era das decisões de risco com IA*. 2026.

MUNICH RE. *Natural disaster figures 2025*. 2026. Disponível em: https://www.munichre.com/en/company/media-relations/media-information-and-corporate-news/media-information/2026/natural-disaster-figures-2025.html. Acesso em: 11 ago. 2026.

SWISS RE INSTITUTE. *Adaptation and insurance: strategies to narrow the protection gap*. 2026. Disponível em: https://www.swissre.com/institute/research/sigma-research/sigma-2026-01-natcat-2025-wildfire-storm-risk/adaptation-insurance-narrow-protection-gap.html. Acesso em: 11 ago. 2026.

SWISS RE INSTITUTE. *Natural catastrophes in 2025: the persistent rise of wildfire and storm risk*. Sigma 1/2026. 2026. Disponível em: https://www.swissre.com/institute/research/sigma-research/sigma-2026-01-natcat-2025-wildfire-storm-risk/global-natcat-losses-2025.html. Acesso em: 11 ago. 2026.

WTW. *O Valor do Natural: tendências e riscos que devem redefinir a indústria de Recursos Naturais no Brasil*. 2026.

(12.08.2026)